




COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ
DIRETORIA COMERCIAL
COORDENADORIA DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Documento nº 7960589/2024/CODSMS-CDC/DIRCOM-CDC

Fortaleza, 18 de janeiro de 2024.

Processo nº 50900.001142/2023-13

Interessado: Diretoria da Presidência, Diretoria Comercial, Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária, Diretoria de Administração e Finanças

	COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ	No : PS010-11
	PROCEDIMENTO DE SISTEMA	Elaborado:01/05/2005 Revisado: 08/08/2023 Validade: 31/12/2025

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SGA DA CDC

1. OBJETIVO.

Este procedimento de sistema estabelece os requisitos legais aplicada ao Sistema de Gestão Ambiental da CDC.

2. ABRANGÊNCIA

Este procedimento abrange todas as atividades realizadas no SGA da CDC.

3. Forma de Atualização

A legislação aplicada ao SGA da CDC será atualizada da seguinte forma:

A Assessoria Jurídica da CDC estabelecerá uma atualização da legislação aplicada realizando inventário periódico sobre os órgãos legisladores específicos. Sempre que uma legislação aplicada ao SGA for alterada ou tiver alguma nova legislação que tenha relação com a SGA será encaminhada comunicação interna da Assessoria Jurídica informando do ocorrido.

A coordenação do SGA, então, providenciará a sua inserção dentro do sistema de controle de documentos.

4. CRITÉRIOS

O Sistema de Gestão Ambiental da CDC está relacionado ao cumprimento da legislação ambiental definidas na relação abaixo:

N	Origem	DOCUMENTO	TEMA/IMPACTO	ASSUNTO/ OBRIGAÇÃO
1	Federal	Lei 6.938/81, alterada pela Lei 11.092/05 (Atualizações de legislação ambiental)	Poluição Licenciamento Recursos Ambientais (Consumo de Recursos Naturais)	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente /Proíbe a poluição e obriga o licenciamento

2	Federal	<u>Lei 7.347/85,</u> alterada pela Lei <u>10.257/01</u> (Atualizações de legislação ambiental)	Dano ambiental	Disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente
3	Federal	<u>Lei 9.433/97</u> Alterada pela Lei: <u>14.600 de 2023</u>	Recursos Hídricos (Consumo Água)	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos / condiciona a captação de águas públicas federais à autorização do órgão competente
4	Federal	<u>Lei 9.605/98</u> Alterada pela Lei <u>14.064</u> (Atualizações de legislação ambiental)	Crime Ambiental	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente
5	Federal	<u>Lei 9.966/00</u> Correlação: DEC <u>8.127</u>	Água Poluição Portos (Alteração Qualidade Água)	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
6	Federal	<u>Resolução CONAMA 306/02,</u> alterada pela Res. <u>381 de 2006</u>	Auditorias Ambientais	Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais, objetivando avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental nos portos organizados e instalações portuárias, plataformas e suas instalações de apoio
7	Federal	<u>Portaria MMA 319/03</u>	Auditorias Ambientais	Estabelece os requisitos mínimos quanto ao credenciamento, registro, certificação, qualificação, habilitação, experiência e treinamento profissional de auditores ambientais para execução das auditorias ambientais previstas na Resolução CONAMA 306/02

8	Federal	Instrução Normativa N°10 (17/03/23)	Classificação de substâncias nocivas ou perigosas quando descarregadas na água	Divulga lista atualizada de classificação das substâncias nocivas ou perigosas de acordo com o risco produzido quando descarregadas na água baseada, com mesmo rigor e completude, na listagem do Código Internacional de Produtos Químicos a Granel - IBC
9	Federal	<u>Decreto 96.044/88, alterado pelo Decreto 4.097/02</u>	Transporte de Produtos Perigosos	Aprova o Regulamento do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos/ Determina as obrigações do transportador e do contratante do transporte
10	Federal	<u>Resolução ANTT 420 de 12/02/04 (Atualizações: Res. 3.648 de 16/03/11; Res. 4.081 de 11/04/13)</u>	Transporte de Produtos Perigosos	Aprova instruções complementares ao transporte terrestre de produtos perigosos
11	Federal	<u>Decreto 99.274/90, alterado pelo Decreto 3.942/01 (Atualizações de legislação ambiental)</u>	Licenciamento Poluição Punições	Regulamenta a Lei n. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente / Obriga o licenciamento e proíbe a poluição
12	Federal	<u>Decreto Legislativo No 60 / 1995 (Correlação: DEC 10.984/22)</u>	Água/ Transporte Marítimo (Alteração Qualidade Água)	Aprova o Texto da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973, de seu Protocolo de 1978, de suas Emendas de 1984 e de seus Anexos Opcionais III, IV e V.
13	Federal	<u>Decreto 2.508/98 (Correlação: DEC 10.984/22)</u>	Água/ Transporte Marítimo (Alteração Qualidade Água)	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre poluição do mar (MARPOL)
14	Federal	<u>NORMAM 01 (Atualização: Portaria 31/DPC de 22.02.2013)</u>	Norma Marítima	NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO.

15	Federal	<u>Decreto 6.514 de 2008</u> (Atualização: DEC 10.936; DEC 11.080; DEC11.373)	Infrações e Sanções Administrativas	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
16	Federal	<u>Decreto 4.136/02,</u> alterado pelo Decreto 8.127/2013	Água Poluição	Dispõe sobre as sanções aplicáveis por infração às determinações da Lei 9.966/00/ Estabelece, no Anexo II ,o modelo para a Comunicação Inicial de Incidente, prevista na Portaria ANP 03/03
17	Federal	<u>Portaria Minter 53/79</u> (Alteração: Resolução CONAMA 05/93)	Resíduos Sólidos (Alteração Qualidade Solo/Água)	Estabelece normas para a disposição de resíduos sólidos
18	Federal	<u>Portaria Minter 100/80</u>	Ar Veículos (Alteração Qualidade Ar)	Estabelece padrões de emissão de fumaça preta dos veículos movidos à diesel
19	Federal	<u>Portaria Minter 124/80</u>	Água Poluição	Proíbe o armazenamento de substâncias poluidoras a menos de 200m de cursos d'água sem dispositivos especiais de proteção
20	Federal	<u>Portaria IBAMA 85/96</u>	Ar Veículos	Dispõe sobre o Programa Interno de Autofiscalização e Correta Manutenção da Frota
21	Federal	<u>Portaria IBAMA 10 (17/08/2001)</u>	Cadastro Técnico Federal das atividades potencialmente poluidoras	Obriga a inscrição no Cadastro Técnico Federal das pessoas físicas e jurídicas que se dedicam à consultoria técnica relacionada a questões ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividade efetiva, ou potencialmente poluidoras e as que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora".

22	Federal	<u>Portaria ANP 80/99</u> (Alteração: Revogada pela Resolução nº3/2016)	Ar	Proíbe a utilização de óleos combustíveis com teores de enxofre acima dos que estabelece
23	Federal	<u>Resolução CONAMA 01/86</u> (Alteração: Resolução nº11/86; Resolução nº 05/87; Resolução 237/97)	EIA-RIMA Licenciamento	Dispõe sobre o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA
24	Federal	<u>Resolução CONAMA 06/86, complementada pela Res. 281/01</u>	Licenciamento	Dispõe sobre a publicação das licenças ambientais
25	Federal	<u>Resolução CONAMA 362/2005</u> Alterada pela Resolução nº 450, de 2012	Destinação de óleo lubrificante usado	Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
26	Federal	<u>Portaria ANP 20 (18/06/2009)</u>	Coleta de óleo lubrificante usado	Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoa jurídica sediada no País, organizada de acordo com as leis brasileiras
27	Federal	<u>Resolução CONAMA 237/97</u>	Licenciamento	Dispõe sobre Licenciamento Ambiental / Estabelece prazo para concessão e validade das licenças ambientais.
28	Federal	<u>Resolução CONAMA 357 de 17/03/05</u> (Atualização: Res. 430 de 2011)	Água Efluentes	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Revoga a Resolução CONAMA 20 / 86

29	Federal	<u>Resolução CNEN 10/88 (NE 3.02/88)</u> (Atualização: Res. CNEN 145 de 20.03.13)	Radioproteção	Dispõe sobre o Serviço de Radioproteção / Estabelece a exigência relativa ao supervisor de radioproteção credenciado pela CNEN
30	Federal	<u>Resolução CNEN 13/88 (NE 5.01/88)</u>	Radioproteção /Transporte	Dispõe sobre o Transporte de Materiais Radioativos/ Exige a licença da CNEN
31	Federal	<u>Resolução CNEN 12/88 (NE 3.01/88)</u>	Radioproteção	Dispõe sobre as Diretrizes Básicas de Radioproteção
32	Federal	<u>Resolução CONAMA 01/90</u>	Poluição Sonora	Estabelece Normas referentes à Poluição Sonora e à Emissão de Ruídos
33	Federal	<u>Resolução CONAMA 03/90, complementada pela Res. 08/90</u>	Qualidade do Ar	Estabelece padrões de qualidade do ar, previstas no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar - PRONAR
34	Federal	<u>Resolução CONAMA 08/90</u>	Ar Emissões Atmosféricas	Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes para processos de combustão externa em fontes novas fixas
35	Federal	<u>Resolução CONAMA 05/93</u> (Atualização: Res. 358/2005)	Resíduos Lixo Hospitalar ou Ambulatorial	Define procedimentos mínimos para o gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos oriundos de Serviços de Saúde, portos e ambulatórios.
36	Federal	<u>Resolução CONAMA 401/2008</u> Alterada pela Resolução CONAMA 424/10)	Resíduos Pilhas e Baterias	Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.
37	Federal	<u>Resolução CONAMA 416/2009</u>	Resíduos Pneus	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências.
38	Federal	<u>Resolução CONAMA 264/99</u>	Resíduos Sólidos Co-processamento	Dispõe sobre o licenciamento dos fornos rotativos de produção de clínquer para atividades de co-processamento de resíduos

39	Federal	<u>Resolução CONAMA 267/00 alterada pela Resolução CONAMA 340/03</u>	Camada de Ozônio	Regulamenta a importação, a produção, a comercialização e uso das substâncias que destroem a Camada de Ozônio.
40	Federal	<u>Resolução CONAMA 269/00</u>	Água Dispersantes Químicos	<u>Dispõe sobre o uso dos dispersantes químicos empregados nas ações de combate aos derrames de petróleo. Revoga a Resolução CONAMA 06/90.</u>
41	Federal	<u>Decreto 3665 / 2000</u>	Explosivos / Produtos Químicos	Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).
42	Federal	<u>Resolução CONAMA 281/01</u>	Licenciamento	Dispõe sobre a publicação das licenças ambientais
43	Federal	<u>Resolução CONAMA 358/2005</u>	Resíduos Sólidos Ambulatoriais PGRSS	Dispõe sobre o Tratamento e a destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde
44	Federal	<u>Resolução CONAMA 398/2008</u>	Plano de Emergência	<u>Dispõe sobre o conteúdo mínimo do plano de Emergência individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.</u>
45	Federal	<u>Resolução CONAMA 313/02</u>	Resíduos/ Inventário	<u>Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos e aprova o novo modelo a ser apresentado ao órgão estadual de meio ambiente até 22.11.03/ Relaciona as empresas obrigadas à apresentação do Inventário/ Estabelece que, a partir de 22.01.03, a obrigação de registrar mensalmente dados sobre a geração e destinação dos resíduos.Revoga a Resolução CONAMA 06/88</u>

46	Federal	<u>Resolução CONAMA 316/02, alterada pela Res. 386/2006</u>	Resíduos/ Tratamento Térmico	Disciplina os processos de tratamento térmico de resíduos, definido como qualquer processo cuja operação seja realizada acima da temperatura mínima de 800 graus Celsius, exceto para rejeitos radioativos e para co-processamento em fornos de clínquer/Concede prazo, até 20.02.03 para os sistemas de tratamento não licenciados formalizem o requerimento da Licença Ambiental
47	Federal	<u>Resolução CONAMA 340/03</u>	CFC Ar	Institui procedimentos para utilização de cilindros de armazenamento de CFC e Halons e para a retirada de tais substâncias, visando evitar vazamentos para a atmosfera
48	Federal	<u>Resolução CNEN/CD 27/04 (NE-3.01)</u>	Radioproteção	Aprova a Revisão da Norma CNEN-NE-3.01 - "Diretrizes Básicas de Radioproteção"
49	Federal	<u>Instrução Normativa IBAMA 01/99 Alterada pela Portaria 29, de 02 de maio de 1995</u>	Hallon	Dispõe sobre o uso de HALONS em território nacional.
50	Federal	<u>Instrução Normativa IBAMA 01/00</u>	Dispersantes Químicos	Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA para concessão de registro de dispersantes químicos empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar."
51	Federal	<u>Lei 9795 /99 Alterada pela Lei: 14.393</u>	Educação Ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
52	Federal	<u>Decreto 4281 / 02</u>	Educação Ambiental	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
53	Estadual Ceará	<u>Lei 11.423 (08/01/98)</u>	Resíduos	Proíbe no território cearense o depósito de resíduos radioativos

54	Estadual Ceará	Lei 16032 (20/06/16)	Resíduos	"Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no âmbito do Estado do Ceará, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos aplicáveis."
55	Estadual Ceará	Lei 12148 / 93, alterada pela Lei 12685 / 97.	Auditorias Ambientais	Institui as auditorias ambientais no Estado do Ceará, visando a realização e estudos destinados a determinar junto às pessoas jurídicas de direito público e privado.
56	ANTAQ	Resolução ANTAQ 99/2023 vigente	Controle de Resíduos de Embarcações	Regulamenta a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações em águas sob jurisdição nacional em portos públicos e nas instalações portuárias autorizadas pela ANTAQ.
57	Federal	<u>Resolução CONAMA 396/2008</u>	Águas Subterrâneas	Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
58	Federal	<u>Resolução CONAMA 398/2008</u>	Plano de Emergência	"Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração."

59	Federal	<u>Resolução CONAMA 420/2009</u>	Solo	"Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas."
60	Federal	<u>Resolução CONAMA 430/2011</u>	Efluentes	"Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução n 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA."
61	Federal	<u>Portaria 66DPC de 28.03.2013.</u>	Transporte de Cargas Perigosas	Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Transporte de Cargas Perigosas – NORMAM - 29/DPC.
62	Federal	<u>NORMAM 10 DPC</u>	Assistência e salvamentos	"Apresentar os princípios fundamentais para normatizar e estabelecer os procedimentos relativa à assistência e salvamento e às atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas e bens afundados, submersos, encalhados e perdidos."
63	Federal	<u>NORMAM 11 DPC</u>	Dragagem	Normas da Autoridade Marítima para obras, drenagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras.
64	Federal	<u>Resolução RDC ANVISA 346 16/12/2002</u>	Controle sobre o armazenamento de mercadorias	"Considerando a necessidade de estabelecer a documentação a ser apresentada à autoridade sanitária para fins de concessão, renovação, alteração e cancelamento de Autorização de Funcionamento ou de Autorização Especial de Funcionamento de Empresas que prestem serviços de armazenagem de mercadorias sob vigilância sanitária..."

3.1 Outras legislações aplicadas

- Resolução CONAMA 306/02, alterada pela Res. 381 2006. Outras legislações aplicadas:
- Resolução – RDC Nº 342 de 13 de dezembro de 2002;
- Resolução CONAMA 3582005;
- Resolução RDC Nº 217 de 21 de novembro de 2001;
- Resolução RDC Nº351;
- Resolução Nº. 006 do CONAMA de 19 de setembro de 1991;
- Resolução CONAMA Nº 2/93 (Atualização: Res. 2682000);
- Lei 9.966 de 28 de abril de 2000;
- Decreto Nº 4.136 de 20 de fevereiro de 2002;
- Decreto Nº 2.508 de 04 de março de 1998.
- MARPOL 73/78 Protocolo de 1978;
- Lei Nº 8080 de 19 de setembro de 1990 do MS;
- Lei Estadual Nº 13.103 de 24 de janeiro de 2001;
- Portaria Nº 31/93;
- Resolução Nº 293, de 12 de dezembro de 2001;
- Portaria n.º 41, de 10/02/00;
- Resolução – RDC ANVISA Nº 346 de 16 de dezembro de 2002.

3.2– Normas Técnicas Brasileiras

- | | |
|-----------------------|-------------------|
| · ABNT NBR 9190/9191; | · ABNT NBR 7500; |
| · ABNT NBR 10004; | · ABNT NBR 14652. |
| · ABNT NBR 12809; | |

REVISÃO

APROVAÇÃO

RAIMUNDO JOSÉ DE OLIVEIRA

LÚCIO FERREIRA GOMES

CODSMS

DIRETOR-PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo José de Oliveira, Coordenador(a)**, em 26/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Lucio Ferreira Gomes, Diretor Presidente**, em 15/03/2024, às 22:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),
informando o código verificador **7960589** e o código CRC **A02AB2D3**.



Referência: Processo nº 50900.001142/2023-13



SEI nº 7960589

Praça Amigos da Marinha, S/N - Bairro Mucuripe
Fortaleza/CE, CEP 60.180-422
Telefone: 8532668921 - <http://www.docasdoceara.com.br/>